



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Projecto de Fim de Curso para Obtenção do grau de Licenciatura em Geografia

Análise do Impacto do Ordenamento Territorial no Desenvolvimento Rural do Distrito de Moamba

Rafael José Domingos Mafuiana

Maputo, Abril de 2026

Análise do Impacto do Ordenamento Territorial no Desenvolvimento Rural do Distrito de Moamba

Projecto de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia com orientação em Planificação e Desenvolvimento Regional a ser apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Projecto de Fim do Curso

Supervisora: Mestre Luísa Vanessa Teixeira Lopes

O júri:

Presidente

Vogal 1

vogal 2

Data

____/____/____

Abreviaturas

DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPF	Instituto Nacional de Planeamento Físico
MAE	Ministério da Administração Estatal
MICOA	Ministério de Cooperação da Acção Ambiental (actualmente Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas)
MITADER	Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (actualmente Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas)
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas
OT	Ordenamento Territorial
SIG	Sistema de Informação Geográfica

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA

Eu, **Rafael José Domingos Mafuiana**, declaro por minha honra que o presente Projecto de Fim de Curso nunca foi apresentado em nenhuma instituição para a obtenção de qualquer grau académico, e que o mesmo constitui resultado da minha investigação, estando citadas e referenciadas todas as fontes utilizadas para a sua elaboração.

Maputo, Fevereiro de 2026

(Rafael José Domingos Mafuiana)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, toda família Mafuiane, Mahumane, amigos, colegas que sempre tivemos boas relações, especialmente aos meus pais Domingos Mafuiana que Deus o tenha, e Alzira Manuel Mahumane, que sempre confiaram em mim e nas minhas capacidades, presenteando-me com o seu apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela força que me concedeu e me concede dia pós dia para lutar e vencer todos os obstáculos que foram surgindo ao longo desta caminhada. Agradeço a toda minha família, amigos, colegas, especialmente aos meus pais: Domingos Mafuiana e Alzira Manuel Mahumane Mafuiana, e a todos meus irmãos: Alexandre Mafuiana, Mário Mafuiana, Manuel Mafuiana, Ivânia Mafuiana, Domingos Mafuiane Júnior, Isabel Mafuiane, Eugenio Mahumane pelo apoio moral e material, pois sem eles eu não teria chegado até aqui, palavras me faltam para expressar tamanha gratidão que sinto por tudo que fizeram e ainda fazem por mim, obrigados por acreditar em mim, por me incentivar sempre, pelas orações e por todo suporte dado durante o meu percurso académico.

Agradeço a minha supervisora, Mestre Luísa Vanessa Lopes, pelos ensinamentos e conhecimento transmitido como docente, e durante a elaboração do trabalho, e acima de tudo pela forma incansável e paciente com que me orientou ao longo da realização do trabalho.

Ao Departamento de Geografia e a todos os docentes em especial aos docentes Jorge Jerónimo Gulele, Serafim, Felipe Mate, que sempre me incentivaram a elaborar o projecto para culminação do grau de Licenciatura em Geografia. Aos meus colegas, da turma de Geografia do ano 2018, especialmente aos colegas Júlio Nhamposse, Adelaide Timane, Clésio Manuel Bandeira, bem como novos colegas que adquiri, nomeadamente, Niz, Laurinda, Yanike, Angela, Veronica, Eraclito e Joaquina pelo apoio incondicional o meu muito obrigado.

A todos vocês muito obrigado!

Resumo

O presente projecto centra-se na análise do impacto do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do Distrito de Moamba. O ordenamento territorial constitui um instrumento estratégico para promover a ocupação equilibrada do espaço, a gestão sustentável dos recursos naturais e o acesso equitativo a serviços básicos em áreas rurais.

No caso de Moamba, a distribuição da população e das infra-estruturas é condicionada por factores históricos, económicos, sociais e ambientais, resultando em fenómenos de urbanização desordenada e crescente pressão sobre os recursos disponíveis. Muanamoha (1995) salienta que o padrão da distribuição espacial da população em Moçambique deriva de transformações históricas e sociais, o que reforça a pertinência de políticas de ordenamento mais eficazes e ajustadas ao contexto local. O objectivo central deste projecto consiste em compreender de que forma a implementação do ordenamento territorial tem influenciado a organização do espaço, o acesso a infra-estruturas e o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais de Moamba. Para tal, adopta-se uma abordagem metodológica mista, de carácter exploratório e descritivo, que integra revisão documental, entrevistas semi-estruturadas, observação participante e a utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de apoio à análise espacial. A análise dos dados combinará técnicas estatísticas e análise de conteúdo, permitindo identificar impactos, limitações e potencialidades, de modo a contribuir para um ordenamento territorial mais inclusivo e orientado para a promoção do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Ordenamento Territorial; Desenvolvimento Rural; Distrito de Moamba; Uso do Solo; Infra-estruturas Sociais.

Abstract

This project focuses on the analysis of the impact of territorial planning on rural development in the Moamba District. Territorial planning constitutes a strategic instrument to promote balanced land occupation, sustainable management of natural resources, and equitable access to basic services in rural areas. In Moamba, the distribution of the population and infrastructure is influenced by historical, economic, social, and environmental factors, resulting in phenomena of unplanned urbanization and increasing pressure on available resources. Muanamoha (1995) emphasizes that the spatial distribution pattern of the population in Mozambique derives from historical and social transformations, reinforcing the relevance of more effective planning policies adapted to the local context. The main objective of this project is to understand how the implementation of territorial planning has influenced space organization, access to infrastructure, and the socio-economic development of rural communities in Moamba. To achieve this, a mixed-methods approach of exploratory and descriptive nature is adopted, integrating documentary review, semi-structured interviews, participant observation, and the use of Geographic Information Systems (GIS) as a tool to support spatial analysis.

Data analysis will combine statistical techniques and content analysis, allowing the identification of impacts, limitations, and opportunities, contributing to a more inclusive territorial planning that promotes rural development.

Keywords: Territorial Planning; Rural Development; Moamba District; Land Use; Social Infrastructure.

Índice

Abreviaturas	i
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
Resumo	vi
Abstract	vii
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
1.1. Contexto	1
1.2. Revisão de literatura.....	3
1.3. Problematização	5
1.4. Justificativa.....	7
1.5. Hipótese de pesquisa	8
1.6. Objectivos.....	9
1.6.1. Geral	9
1.6.2. Específicos:.....	9
CAPÍTULO II	9
METODOLOGIA	9
2.1. Abordagem Quantitativa	Erro! Indicador não definido.
2.2. Abordagem Qualitativa	Erro! Indicador não definido.
2.3. Revisão Bibliográfica e Documental.....	Erro! Indicador não definido.
2.4. Integração e Análise dos Dados	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO III.....	12
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	13

3.1. Ordenamento territorial e desenvolvimento rural	13
3.2. Impactos do ordenamento territorial no uso da terra e nas infraestruturas	14
3.3. Desafios da implementação do ordenamento territorial em Moçambique.....	14
3.4. Ordenamento territorial e desenvolvimento rural no contexto do Distrito de Moamba	15
3.5. Distribuição espacial da população	15
CAPÍTULO IV:	17
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	17
4.1. Localização Geográfica.....	17
4.2. Caracterização físico-geográfica	18
4.2.1. Clima	18
4.2.2. Hidrologia.....	18
4.2.3 Solos	19
4.3. Caracterização Socioeconómica.....	21
CAPÍTULO V	24
Cronograma e Orçamento	24
CAPÍTULO VI.....	26
Resultados Esperados.....	26
CAPÍTULO VI.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

O presente projecto de pesquisa é desenvolvido no âmbito da conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, com orientação em Planificação e Desenvolvimento Regional, pela Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, no Departamento de Geografia. O objectivo da pesquisa é analisar o impacto da implementação do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do Distrito de Moamba.

O ordenamento territorial constitui uma ferramenta estratégica de gestão do espaço, essencial para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Segundo Matule (2016), a organização do espaço territorial desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões, particularmente em contextos rurais, onde os desafios da gestão do território são frequentemente amplificados pela coexistência de múltiplos interesses.

Esses desafios incluem o uso desordenado do solo, o acesso desigual aos recursos naturais, a expansão descontrolada dos assentamentos humanos e a degradação ambiental. Nesse sentido, compreender como as políticas de ordenamento territorial têm sido implementadas no Distrito de Moamba e quais os seus efeitos sobre a qualidade de vida das populações rurais, a conservação ambiental e a dinamização das actividades económicas locais, são fundamentais para orientar futuras intervenções e estratégias de desenvolvimento regional.

Este estudo propõe-se a analisar os impactos decorrentes dessas intervenções, considerando as suas implicações económicas, sociais e ambientais na dinâmica local. O distrito de Moamba caracteriza-se pela sua localização estratégica, próxima da capital do país, bem como a sua predominância rural, o que tende a impulsionar actividades que estão centradas na agricultura, pecuária e surgimento de pequenas indústrias.

De acordo com Jamuce (2016), a localização geoestratégica do distrito de Moamba em relação a capital, tem vindo a impulsionar a sua expansão urbana graças à sua proximidade estratégica com a cidade de Maputo, servindo como alternativa para habitação e investimento devido ao alto custo de vida na capital. A construção de infra-estruturas como a Estrada Nacional nº 4 e a linha férrea tem melhorado significativamente a conectividade e atraindo investimentos logísticos e

comerciais. Projectos como a barragem de Moamba Major reforçariam o potencial da região ao garantir o fornecimento de água, beneficiando a população e os sectores produtivos. Além disso, o projecto de montagem de comportas na barragem de Corrumana poderá contribuir não só para o fornecimento de água, mas também para a produção de energia eléctrica, ampliando os benefícios para o desenvolvimento regional.

O fácil acesso a terras disponíveis e mais baratas tem incentivado o desenvolvimento imobiliário e a instalação de indústrias. Além disso, políticas públicas de descentralização e incentivo ao crescimento de centros urbanos secundários têm reforçado o papel de Moamba como um novo polo urbano em ascensão. Araújo (2003) argumenta que o ordenamento territorial é uma ferramenta fundamental para organizar a distribuição da população, das actividades económicas e dos recursos, de forma coerente e equilibrada, considerando as potencialidades e limitações específicas de cada área. A implementação de políticas de ordenamento territorial tem potencial para melhorar significativamente o acesso a serviços básicos como água potável, energia eléctrica e vias de comunicação, elementos essenciais para o aumento da produtividade e qualidade de vida nas zonas rurais, observando que o ordenamento territorial, quando bem estruturado, contribui para reduzir os conflitos fundiários, promover o uso racional do solo e estabelecer uma convivência harmoniosa entre os interesses rurais e urbanos, criando bases sólidas para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Revisão de literatura

A revisão bibliográfica examina algumas referências teóricas, e conceptuais sobre o ordenamento territorial e o seu impacto no desenvolvimento rural, realçando a sua pertinência para a compreensão das dinâmicas espaciais e socioeconómicas que caracterizam o Distrito de Moamba.

Segundo Mendonça (2020), a estrutura de gestão fundiária é influenciada por um conjunto de normas legais que regulam o acesso e o uso da terra, reflectindo a evolução histórica desde o período colonial até à descentralização actual. A propriedade estatal da terra implica uma articulação entre serviços públicos para a sua atribuição, sendo essencial compreender a gestão fundiária como um instrumento que impulsiona o desenvolvimento social e urbano.

Xirinda (2021), por sua vez, sublinha a importância da segurança na posse da terra, garantida por instrumentos como o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), como incentivo aos investimentos agrícolas no meio rural. A formalização da posse é determinante para o acesso ao crédito, à assistência técnica e à adopção de práticas agrícolas sustentáveis. Contudo, a gestão da terra deve reconhecer simultaneamente os mecanismos tradicionais de atribuição, promovendo a integração entre formas formais e consuetudinárias de governança fundiária. A articulação com políticas de combate à pobreza e segurança alimentar reforça o papel da gestão fundiária como eixo estruturante do desenvolvimento rural.

Por fim, Mandamule (2017) destaca que a gestão da terra em Moçambique não é apenas uma questão técnica, mas está intrinsecamente ligada às relações de poder e disputas pelo controle dos recursos naturais. O Estado, como proprietário da terra, desempenha um papel determinante na sua distribuição e regulamentação, o que exige práticas de gestão fundiária baseadas na justiça social e na inclusão.

Quanto à implementação do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do distrito de Moamba, província de Maputo, constitui um tema de relevância estratégica, dado o crescente impacto das dinâmicas de uso da terra, gestão ambiental e políticas públicas na região. Diversos estudos realizados por autores moçambicanos têm aprofundado a compreensão sobre esses processos, oferecendo uma base sólida para análise crítica e proposições de melhoria. Segundo Serra (2013), a terra como um factor fundamental de produção e base do planeamento do território, daí a necessidade de transparência na gestão da terra e a importância de melhorar os mecanismos

de uso e gestão, abordando questões como direitos dos usuários, concessões para exploração privada e conflitos de uso por actividade e tipo de agentes económicos.

Nesse contexto, Araújo (2003) contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas territoriais em Moçambique, ao abordar a importância de um ordenamento que considere não apenas a gestão da terra, mas também as especificidades sociais, culturais e ambientais de cada região. O autor destaca a necessidade de um planeamento territorial que articule adequadamente as áreas urbanas e rurais, integrando as diferentes formas de uso e ocupação do solo, elemento central para uma gestão equilibrada e sustentável do território.

Na mesma linha de pensamento, o autor identifica diversos desafios no processo de ordenamento territorial em Moçambique, como a falta de recursos, a insuficiente capacitação técnica e a necessidade de maior participação comunitária, ou seja, ele propõe soluções que incluem a formação de recursos humanos, a descentralização das decisões e a promoção de uma maior integração entre os diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento.

A ideia do autor é oferecer uma abordagem crítica e construtiva para o ordenamento territorial no desenvolvimento de distritos em Moçambique, destacando a importância de uma gestão integrada, participativa e sustentável que considere as especificidades locais e promova o desenvolvimento equilibrado entre as zonas urbanas e rurais.

Amade & Brito, (2023), discutem a gestão do meio ambiente como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento dos sectores, incluindo o turismo, destacando a importância da gestão ambiental para o desenvolvimento económico e sustentável, enfatizando a interacção entre a gestão ambiental e o bem-estar das populações, incluindo a criação de postos de trabalho, formação profissional e saúde.

Muanamoha (1995) fornece uma perspectiva esclarecedora sobre o padrão da distribuição espacial da população em Moçambique, ao afirmar que este é fortemente influenciado pelas circunstâncias históricas. O autor destaca que as transformações políticas, sociais e económicas pelas quais o país tem passado ao longo do tempo têm provocado mudanças significativas nas tendências demográficas, resultando em redistribuições populacionais que exigem uma abordagem estratégica de ordenamento territorial.

Para analisar adequadamente a distribuição espacial da população e o impacto dessa distribuição no ordenamento territorial, Muanamoha (1995) sublinha a importância de dados precisos e actualizados, como os obtidos através do recenseamento geral da população e habitação, pois estes censos fornecem uma visão detalhada sobre a distribuição populacional por subdivisões geográficas do território, o que é fundamental para a implementação de políticas de ordenamento eficazes.

A perspectiva de Muanamoha (1995) sugere que o ordenamento territorial em Moçambique deve ser sensível às dinâmicas históricas e políticas do país, levando em consideração a mobilidade populacional e os dados demográficos para promover uma distribuição mais equitativa e sustentável da população no território.

Esses estudos oferecem uma visão abrangente e crítica sobre os desafios e oportunidades relacionados ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento rural em Moçambique, fornecendo subsídios valiosos para a análise do impacto da implementação dessas políticas no distrito de Moamba.

1.3. Problematização

O uso desordenado da terra em Moçambique tem gerado sérias consequências no processo de ocupação e aproveitamento do solo, comprometendo o desenvolvimento territorial equilibrado. Embora a terra seja, por lei, propriedade do Estado e inalienável, conforme estabelecido pela Lei de Terras (Artigo 3) que defende que “observa-se uma prática recorrente de transacções informais e ilegais de parcelas de terra”, pode-se constatar que essa situação revela um descompasso entre o quadro legal e a realidade vivida pelas populações, visto que muitas vezes é marcada pela desinformação e pela tentativa de contornar a legislação para obtenção de ganhos económicos.

Matule (2016) sublinha que a venda ilegal de terras se tornou comum, reflectindo não apenas lacunas no sistema de fiscalização, mas também a ausência de uma cultura de gestão territorial participativa e informada. No distrito de Moamba, a situação torna-se ainda mais crítica, dado o seu crescimento demográfico e económico acelerado, aliado à pressão sobre os recursos naturais. O ordenamento territorial, neste contexto, constitui um instrumento fundamental para a gestão e organização racional do espaço, orientando o uso sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio

entre as diferentes actividades humanas. Através de políticas e planos adequados, o ordenamento territorial procura promover um desenvolvimento harmonioso, assegurando a ocupação equilibrada do território e a valorização das potencialidades locais, contribuindo assim para o bem-estar das populações e para a sustentabilidade ambiental.

Euclides (2016) aponta que a expansão de actividades económicas como agricultura, pecuária, mineração e construção civil sem um planeamento adequado, têm intensificado problemas como a ocupação desordenada, a degradação ambiental e a marginalização das comunidades locais. Essa realidade demonstra que as políticas públicas de ordenamento nem sempre têm conseguido responder eficazmente às necessidades e especificidades do território.

Araújo (2003) defende que o ordenamento territorial eficaz deve integrar as variáveis naturais, económicas e culturais do espaço geográfico, considerando o território não apenas como cenário físico, mas como espaço de vida e interacção social. No caso de Moamba, onde predominam actividades de subsistência e práticas tradicionais de uso do solo, o êxito das políticas depende directamente do envolvimento activo das comunidades em todo o processo de planificação.

Além disso, os efeitos colaterais de políticas mal aplicadas podem ser severos. Quando o ordenamento territorial não respeita a realidade local ou é conduzido sem consulta às populações, podem surgir conflitos fundiários, deslocamentos involuntários e exclusão do acesso a recursos essenciais. Por outro lado, quando correctamente aplicado, o ordenamento territorial pode melhorar a produtividade agrícola, garantir o acesso a serviços básicos, promover a justiça social e impulsionar a resiliência ambiental.

Jemuze (2016) destaca que Moamba, por sua localização estratégica e pressão urbana crescente, encontra-se num ponto de transição que exige um modelo de desenvolvimento mais integrado, onde o ordenamento territorial não apenas regula o uso da terra, mas também serve como catalisador de políticas de inclusão e sustentabilidade.

A problemática central reside na necessidade de articular o ordenamento territorial com as dinâmicas reais do território, conciliando crescimento económico, protecção ambiental e inclusão social. A ausência de mecanismos eficazes de fiscalização, de recursos técnicos e humanos qualificados, bem como a fragmentação institucional, representa obstáculos persistentes que

impedem o pleno aproveitamento do potencial transformador que o ordenamento territorial pode oferecer a distritos como Moamba.

A questão central que irá orientar a pesquisa é: **Até que ponto a implementação do ordenamento territorial no Distrito de Moamba tem sido eficaz na promoção do desenvolvimento rural sustentável, face às dinâmicas de uso da terra, distribuição de infra-estruturas e organização espacial da população?**

A implementação do ordenamento territorial no Distrito de Moamba tem influenciado o desenvolvimento rural sustentável de forma parcial, apresentando avanços na organização do uso da terra e na distribuição de algumas infra-estruturas, mas ainda com limitações significativas na organização espacial da população, no acesso equitativo a serviços e na eficácia da sua aplicação prática.

1.4.Justificativa

Segundo Euclides (2016), O ordenamento territorial (OT) constitui-se como um instrumento estratégico para organizar e gerir o uso do espaço, promovendo a utilização racional da terra, reduzindo conflitos socioambientais e impulsionando o desenvolvimento rural sustentável. No contexto do Distrito de Moamba, a sua implementação reveste-se de particular relevância, dado o potencial socioeconómico e ambiental da região. Para apoiar a elaboração e a aplicação dos planos de ordenamento territorial, podem ser utilizadas ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que permitem correlacionar variáveis físico-geográficas como clima, geologia, hidrografia, geomorfologia e pedologia com variáveis humanas, incluindo população, infra-estrutura e formas de ocupação do solo. Esta integração contribui para uma compreensão mais abrangente e precisa do território, essencial para um planeamento eficiente e sustentável.

Para Araújo (2003), o ordenamento territorial constitui uma ferramenta essencial para planear e organizar o uso do espaço geográfico, respeitando suas características naturais, culturais e económicas. No caso de Moamba, uma aplicação adequada desse instrumento tem o potencial de minimizar conflitos fundiários, promover a convivência equilibrada entre os diversos sectores económicos e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. A delimitação de áreas específicas

para agricultura, conservação ambiental e habitação, por exemplo, pode reduzir o desmatamento descontrolado e a degradação dos solos, além de facilitar o acesso à infra-estrutura e serviços públicos como estradas, escolas e unidades de saúde, aspectos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais.

Outro ponto importante, também reforçado por Araújo (2003), diz respeito à necessidade de integrar as comunidades locais ao processo de desenvolvimento de forma participativa e inclusiva. Historicamente, em Moçambique, os processos de planeamento e ordenamento territorial foram marcados por decisões centralizadas, com fraca participação das comunidades locais, o que resultou em políticas muitas vezes desajustadas à realidade do território.

Dessa forma, esta pesquisa visa identificar boas práticas e as principais limitações enfrentadas na aplicação das políticas de ordenamento territorial, oferecendo subsídios relevantes para gestores, técnicos e planeadores. O estudo possui, assim, um valor não apenas local, mas também nacional, ao abordar questões estruturais da governança territorial e do desenvolvimento sustentável. Por fim, a escolha deste tema evidencia a importância de articular os conhecimentos da geografia com os desafios práticos enfrentados pela sociedade. Ao investigar o impacto do ordenamento territorial no desenvolvimento rural, busca-se não apenas interpretar o território como espaço de produção e interação, mas também propor soluções concretas para os problemas detectados. Este enfoque valoriza o papel do geógrafo como agente de transformação social, capaz de contribuir de maneira efectiva para a construção de um futuro mais justo bem como sustentável para Moçambique.

1.5. Hipóteses de pesquisa

✓ Hipótese 1

O subdesenvolvimento socioeconómico de bairros novos e em expansão, quando ocupados de forma desordenada, está associado à gestão inadequada do território, dificultando a implementação

eficiente de serviços e infra-estruturas essenciais, como água potável, energia, educação, saúde, vias de acesso, comércio e áreas de lazer.

✓ **Hipótese 2**

O ordenamento territorial poderá promover uma ocupação organizada do espaço, facilitando o acesso a serviços e infra-estruturas essenciais e a equipamentos urbanos de comércio e lazer, embora não garanta a criação de emprego, contribui para a melhoria da qualidade de vida e estabelece condições mais favoráveis ao desenvolvimento urbano sustentável.

1.6. Objectivos

1.6.1. Geral

- ✓ Analisar o Impacto do Ordenamento Territorial no Desenvolvimento Rural do Distrito de Moamba.

1.6.2. Específicos:

- ✓ Analisar as dinâmicas de uso e ocupação da terra no Distrito de Moamba no contexto das políticas de ordenamento territorial.
- ✓ Examinar a distribuição e acessibilidade das infra-estruturas básicas, considerando a intervenção do Estado no seu planeamento e implementação.
- ✓ Avaliar a organização espacial da população e o papel do Estado na sua regulação e planificação.
- ✓ Analisar a eficácia das políticas e instrumentos de ordenamento territorial implementados pelo Estado no desenvolvimento rural sustentável do distrito de Moamba.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

A presente metodologia define o percurso científico proposto para atingir o objectivo geral do estudo: analisar o impacto do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do Distrito de Moamba. Para responder a esta pretensão, adoptar-se-á uma abordagem mista (qualitativa e

quantitativa), de carácter exploratório e descritivo, que permitirá compreender o fenómeno em profundidade, integrando dados mensuráveis e interpretações contextuais sobre as dinâmicas territoriais.

Segundo Gil (2008), a combinação de abordagens assegura uma visão mais abrangente e fiável, enquanto Creswell (2014) defende que os métodos mistos ampliam a consistência analítica ao cruzar dados objectivos e percepções sociais.

2.1. Tipo e abordagem da pesquisa

A presente pesquisa adopta uma **abordagem mista (qualitativa e quantitativa)**, de carácter **exploratório e descritivo**, com o objectivo de analisar o impacto do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do Distrito de Moamba.

A abordagem qualitativa permite compreender percepções, práticas e experiências dos actores locais, enquanto a abordagem quantitativa possibilita a análise de indicadores mensuráveis, como a distribuição da população e o acesso a infra-estruturas. A combinação destas abordagens assegura uma visão mais abrangente e consistente do fenómeno em estudo.

2.2. Área de estudo

O estudo será realizado no Distrito de Moamba, localizado na Província de Maputo, caracterizado por uma dinâmica territorial em transformação, marcada pela expansão urbana, uso diversificado da terra e desafios no acesso a infra-estruturas básicas.

2.3. Universo e amostra

O universo do estudo é constituído por:

- ✓ População residente no Distrito de Moamba
- ✓ Técnicos das instituições públicas ligadas ao ordenamento territorial
- ✓ Líderes comunitários e actores locais

A amostra será **não probabilística, do tipo intencional**, seleccionada com base na relevância dos participantes para o tema em estudo.

Serão realizadas **entre 15 a 25 entrevistas semiestruturadas**, distribuídas da seguinte forma:

- ✓ 5 a 7 técnicos institucionais (SDPI, SDAE, entre outros)
- ✓ 4 a 6 líderes comunitários
- ✓ 8 a 12 residentes locais (agricultores e população em geral)

O número de entrevistas será determinado com base no **princípio de saturação teórica**, ou seja, a recolha de dados será interrompida quando as informações começarem a repetir-se e deixarem de surgir novos elementos relevantes.

2.4. Técnicas de recolha de dados

2.4.1. Revisão bibliográfica e documental

Será realizada a análise de:

- ✓ Obras científicas
- ✓ Artigos académicos
- ✓ Legislação (Lei de Terras)
- ✓ Planos e relatórios institucionais

Esta técnica permitirá construir o enquadramento teórico e compreender as políticas de ordenamento territorial no contexto moçambicano.

2.4.2. Entrevistas semiestruturadas

Serão realizadas entrevistas a diferentes actores locais, com base num guião previamente elaborado.

As entrevistas irão abordar:

- ✓ Uso e ocupação da terra
- ✓ Acesso a infra-estruturas
- ✓ Organização espacial da população
- ✓ Papel do Estado no ordenamento territorial

As respostas serão registadas por escrito ou por gravação, garantindo maior fidelidade na análise.

2.4.3. Observação directa

Será realizada observação no terreno com o objectivo de:

- ✓ Identificar padrões de ocupação do espaço
- ✓ Verificar a distribuição de infra-estruturas
- ✓ Analisar o uso da terra

Esta técnica permitirá confrontar os dados teóricos com a realidade observada.

2.4.4. Recolha de dados quantitativos (dados secundários)

Serão utilizados dados provenientes de instituições como:

- ✓ Instituto Nacional de Estatística (INE)
- ✓ Serviços Distritais (SDPI, SDAE)

Os principais indicadores incluem:

- ✓ Densidade populacional
- ✓ Acesso a serviços básicos
- ✓ Distribuição das infra-estruturas

2.4.5. Utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

Os SIG serão utilizados para:

- ✓ Produção de mapas temáticos
- ✓ Análise da distribuição espacial da população
- ✓ Identificação de padrões territoriais

2.5. Técnicas de análise de dados

- ✓ **Análise quantitativa:**
Utilização de estatística descritiva (frequências, percentagens, tabelas e gráficos)
- ✓ **Análise qualitativa:**
Aplicação da análise de conteúdo às entrevistas, permitindo identificar padrões, percepções e tendências
- ✓ **Análise espacial:**
Interpretação de mapas e dados geográficos através de SIG

2.6. Triangulação dos dados

A triangulação será realizada através da combinação de diferentes fontes e métodos de recolha de dados, nomeadamente:

- ✓ Dados quantitativos (estatísticos)
- ✓ Dados qualitativos (entrevistas)
- ✓ Análise espacial (SIG)

Esta abordagem permitirá validar os resultados, identificar convergências e contradições e garantir maior rigor científico ao estudo.

CAPÍTULO III

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

O presente estudo baseia-se num modelo teórico que analisa a relação entre o ordenamento territorial e o desenvolvimento rural sustentável. Neste modelo, o ordenamento territorial constitui a variável independente, influenciando directamente o uso da terra, a distribuição das infra-estruturas e a organização espacial da população, consideradas variáveis intermediárias. Estas, por sua vez, condicionam o nível de desenvolvimento rural sustentável no Distrito de Moamba.

3.1. Ordenamento territorial e desenvolvimento rural

A literatura aponta o ordenamento territorial como um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento rural, na medida em que orienta a ocupação do espaço, regula o uso da terra e apoia a distribuição equilibrada das actividades económicas e das infra-estruturas. Araújo (2003) sustenta que o ordenamento territorial contribui para a redução das desigualdades regionais ao favorecer uma organização racional do território, sobretudo em contextos onde predominam actividades rurais e agrícolas.

Serra e Carrilho (2013) defendem que, em áreas rurais, o ordenamento territorial desempenha um papel central na valorização da agricultura familiar, na prevenção de conflitos fundiários e na protecção dos recursos naturais. No entanto, os autores sublinham que os benefícios do ordenamento dependem da sua efectiva implementação e da articulação entre os diferentes níveis de governação.

Mandamule (2017) acrescenta que, em Moçambique, o ordenamento territorial deve ser analisado à luz das relações de poder associadas à gestão da terra, que é propriedade do Estado. Assim, o impacto do ordenamento no desenvolvimento rural não resulta apenas de critérios técnicos, mas também de factores institucionais, sociais e políticos, incluindo o grau de participação das comunidades locais nos processos de planificação.

3.2. Impactos do ordenamento territorial no uso da terra e nas infra-estruturas

O ordenamento territorial influencia directamente as formas de uso e ocupação da terra, orientando as práticas humanas sobre o espaço geográfico. Santos (1996) argumenta que o uso da terra é um produto das relações sociais e económicas, sendo moldado por políticas públicas e estratégias de planeamento. Nesse sentido, o ordenamento territorial pode induzir práticas mais sustentáveis ou, quando inexistente ou ineficaz, favorecer a ocupação desordenada do território.

Monteiro (2001) destaca que o uso e a cobertura da terra reflectem as transformações territoriais resultantes da pressão demográfica, da expansão agrícola e do crescimento urbano. O ordenamento territorial surge, assim, como um mecanismo essencial para organizar essas transformações, definindo zonas de uso agrícola, áreas residenciais, espaços de conservação ambiental e corredores de infra-estruturas.

No que se refere às infra-estruturas básicas, Araújo (2003) observa que o ordenamento territorial facilita a planificação e a localização racional de equipamentos sociais, como escolas, unidades sanitárias, vias de acesso, sistemas de abastecimento de água e energia. A ausência de ordenamento tende a gerar assimetrias no acesso a esses serviços, afectando negativamente a qualidade de vida das populações rurais e limitando o desenvolvimento local.

3.3. Desafios da implementação do ordenamento territorial em Moçambique

Apesar do reconhecimento do seu papel estratégico, diversos autores apontam limitações na implementação do ordenamento territorial em Moçambique. Matule (2016) refere que o crescimento urbano e rural tem ocorrido, em muitos casos, de forma desordenada, associado à fraca fiscalização, à escassez de recursos técnicos e à limitada capacidade institucionais.

Muanamoha (1995) destaca que a distribuição espacial da população em Moçambique é fortemente influenciada por factores históricos, sociais e económicos, o que dificulta a aplicação homogénea dos instrumentos de ordenamento. A mobilidade populacional e a proliferação de assentamentos informais exigem políticas de planeamento baseadas em dados demográficos actualizados e em abordagens flexíveis.

Mandamule (2017) acrescenta que a reduzida participação comunitária nos processos de ordenamento constitui um obstáculo significativo, uma vez que muitas decisões são tomadas de forma centralizada. Esta situação contribui para conflitos fundiários, resistência local às políticas públicas e fraca apropriação dos instrumentos de ordenamento pelas comunidades.

3.4. Ordenamento territorial e desenvolvimento rural no contexto do Distrito de Moamba

No Distrito de Moamba, os desafios do ordenamento territorial são intensificados pela sua localização estratégica, pela proximidade à cidade de Maputo e pela crescente pressão sobre a terra e os recursos naturais. Jemuze (2016) observa que o distrito tem registado uma expansão acelerada de actividades económicas e de assentamentos humanos, muitas vezes sem um planeamento adequado, comprometendo o acesso equilibrado a infra-estruturas e serviços básicos.

Araújo (2003) defende que, em contextos como o de Moamba, o ordenamento territorial deve articular as dinâmicas rurais e urbanas, promovendo uma ocupação organizada do território e reduzindo conflitos de uso da terra. A literatura sugere que um ordenamento eficaz pode contribuir para o aumento da produtividade agrícola, a melhoria do acesso a serviços e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

3.5. Distribuição espacial da população

A distribuição espacial da população é fundamental para o planeamento territorial. Araújo (2003) salienta que ela reflecte a interacção entre humanos e ambientes, enquanto Lindner (2012) destaca que a organização espacial é moldada pelos modos de vida, necessidades e capacidades da população.

Massey (1994) e Soja (2010) afirmam que a distribuição populacional é socialmente construída e influencia o acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento. Tacoli (1998) acrescenta a relação entre migração rural-urbana e desigualdade no acesso a serviços, e Davis (2006) sublinha que a densidade populacional e os padrões de assentamento influenciam a eficácia das políticas públicas.

Há convergência quanto à importância de compreender a distribuição populacional para orientar o ordenamento, enquanto a divergência surge na avaliação da influência relativa de factores

económicos versus sociais na determinação dos padrões espaciais. Em Moamba, esta análise permite identificar áreas vulneráveis e planejar acções que promovam equidade e desenvolvimento sustentável.

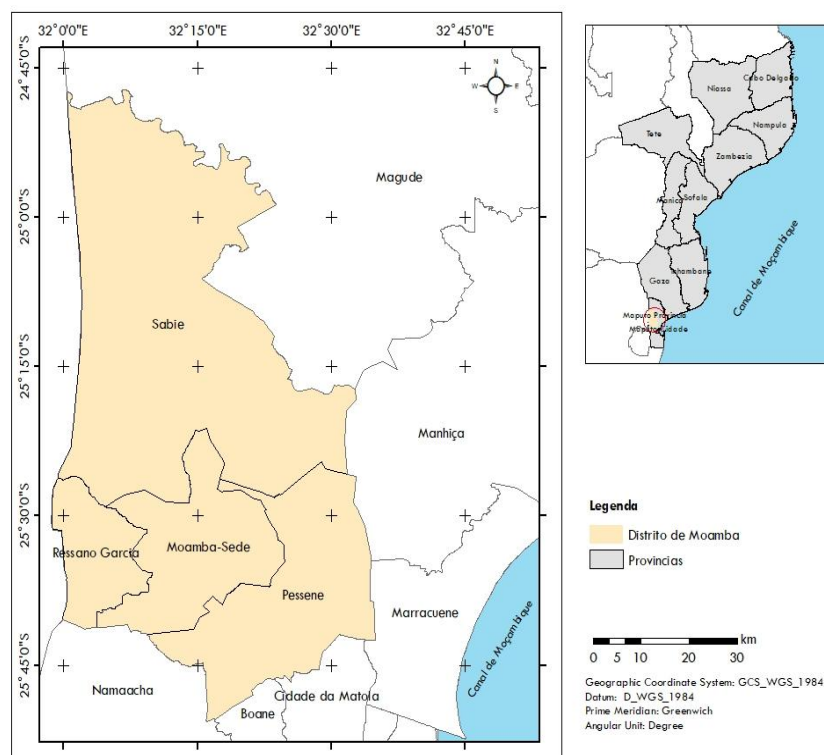
CAPÍTULO IV:

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. Localização Geográfica

O Distrito de Moamba está localizado na parte Norte da província de Maputo, em Moçambique. A sua sede é a vila de Moamba, entre os paralelos 25°45' e 26°10' de latitude Sul, e entre os meridianos 32°00' e 32°45' de longitude Leste. Limita a Norte com o rio Massintonta, que o separa do distrito de Magude; a Sul com o distrito de Namaacha; a Este com os distritos de Manhica e Marracuene; e a Oeste com a província sul-africana de Mpumalanga, sendo esta última uma fronteira artificial. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o distrito apresenta uma superfície de aproximadamente 4.628 km². A população estimada é de 83.879 habitantes, conforme o IV Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2017. Administrativamente, Moamba está dividido em quatro postos administrativos: Moamba, Pessene, Ressano Garcia e Sabié.

Mapa 1: Localização do distrito de Moamba



4.2. Caracterização físico-geográfica

4.2.1. Clima

Segundo INAM, o clima de Moamba é tropical seco ou semiárido (Bsh), com duas estações definidas: uma estação seca (Abril a Setembro) e uma estação chuvosa (Outubro a Março). A temperatura média anual é de 23,7°C, mas as temperaturas variam ao longo do ano, podendo superar os 30°C no verão e descer para cerca de 10°C nos meses mais frios. A precipitação média anual ronda os 752 mm, concentrando-se principalmente na estação chuvosa, que vai de Outubro a Março. Clima tropical seco de Moamba resulta da combinação entre determinantes climáticos (temperatura elevada, precipitação irregular) e factores geográficos (latitude próxima ao trópico, relevo interior, distância ao oceano e vegetação savana). Essas condições criam limitações significativas para o desenvolvimento rural, especialmente no sector agrícola, devido à dependência da precipitação pluvial e à vulnerabilidade a secas e erosão.

4.2.2. Hidrologia

Segundo Jemuca (2016), o Distrito de Moamba possui uma rede hidrográfica diversificada, composta por rios permanentes e sazonais, cuja dinâmica está fortemente condicionada pelo regime climático tropical seco da região. Contudo, a compreensão da hidrologia distrital exige a consideração dos principais cursos de água estruturantes, dada a sua relevância para o abastecimento hídrico, a produção agrícola, a geração de energia eléctrica e o ordenamento territorial.

Nesse contexto, o rio Incomáti assume papel central na hidrologia do Distrito de Moamba, constituindo o principal eixo hidrográfico da região, ao atravessar o distrito e assegurar o abastecimento de água à vila de Moamba e a outros centros populacionais. Para além do consumo doméstico, o Incomáti sustenta sistemas de irrigação agrícola e actividades económicas associadas ao uso da água, desempenhando uma função estratégica no desenvolvimento rural e urbano do distrito (Jemuca, 2016).

Associado a este sistema destaca-se o rio Sábiè, um dos principais afluentes do Incomáti, no qual se localiza a Barragem de Corumana, infra-estrutura de grande importância para a região sul de Moçambique. Esta barragem desempenha um papel determinante no abastecimento de água, na

regulação dos caudais e na produção de energia eléctrica, reforçando a importância dos recursos hídricos do distrito não apenas à escala local, mas também regional (Araújo, 2003; Jemuce, 2016).

Para além destes, o rio Massintonta delimita a fronteira norte do distrito, separando Moamba do distrito de Magude, e constitui uma importante fonte hídrica para as populações ribeirinhas, sobretudo para o consumo doméstico e para a agricultura de subsistência.

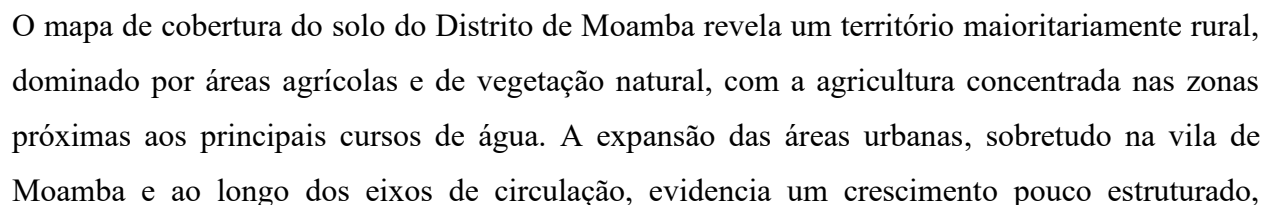
De forma geral, os rios do Distrito de Moamba apresentam caudais irregulares, com volumes mais elevados durante a estação chuvosa e redução significativa na estação seca, o que reflecte as características climáticas da região. Esta variabilidade hidrológica impõe limitações ao uso contínuo da água e evidencia a necessidade de uma gestão integrada dos recursos hídricos, articulada com o ordenamento territorial, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural do distrito (Araújo, 2003).

4.2.3 Solos

De acordo com Muchangos (1999), os solos do distrito de Moamba são variados e apresentam características que influenciam a ocupação e o uso do território. Em geral, a região possui solos arenosos e argilosos, adequados para a agricultura, especialmente nas áreas mais planas. No entanto, alguns solos apresentam baixa capacidade de retenção de água, o que limita a produção agrícola em períodos de seca. Em áreas próximas aos cursos de água, os solos tendem a ser mais férteis e profundos, mas também estão sujeitos a inundações sazonais. Estas características tornam necessária uma gestão criteriosa do uso do solo, considerando as limitações e o potencial agrícola do distrito.

Uso e Corbetura do Solo

Mapa 3: Cobertura do Solo



exercendo pressão sobre áreas agrícolas e ambientais. Este padrão de ocupação demonstra a necessidade de um ordenamento territorial eficaz, capaz de harmonizar o uso do solo, a conservação ambiental e o desenvolvimento rural sustentável.

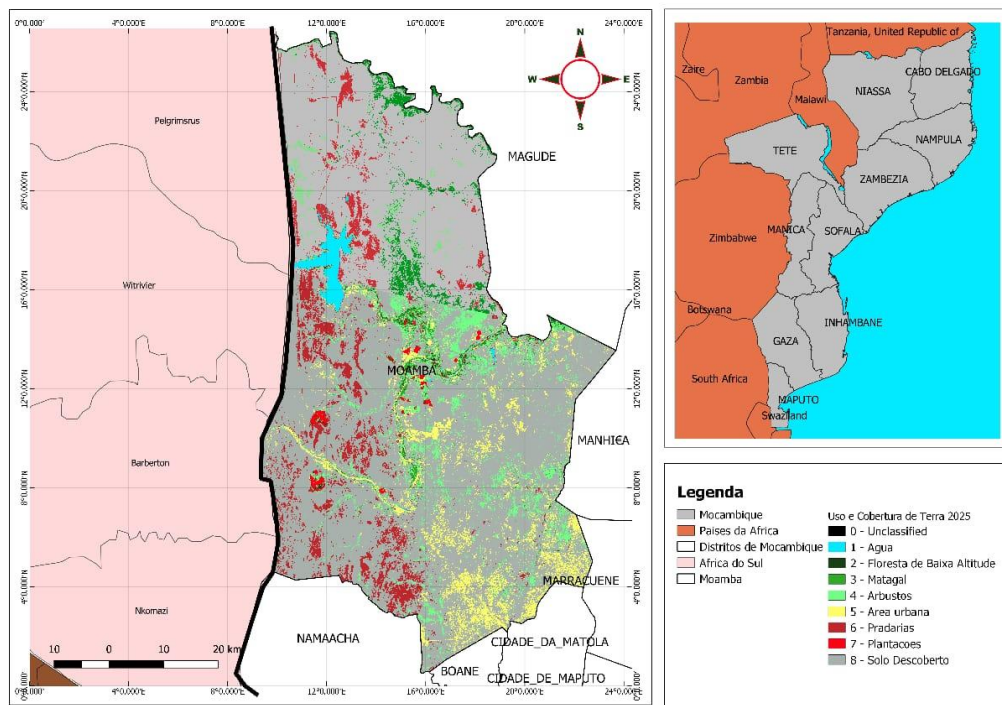
4.3. Caracterização Socioeconómica

O distrito de Moamba, com uma superfície aproximada de 46.228 km², alberga uma população de cerca de 56.746 habitantes, o que resulta numa densidade populacional de aproximadamente 12,3 habitantes por km² (INE, 2017). A maior parte da população está envolvida em actividades agro-pecuárias, com destaque para a agricultura de subsistência, sendo as principais culturas a mandioca, milho, feijão e hortícolas, além da criação de gado. A actividade agrícola é predominantemente praticada em zonas rurais, onde os recursos hídricos e a fertilidade do solo são determinantes para a produtividade.

Apesar do potencial agrícola, mais de 75% da superfície do distrito de Moamba não possui um plano de ordenamento territorial definido, o que contribui para o crescimento desordenado das áreas urbanas e dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e abastecimento de água. A falta de infra-estrutura e a escassez de serviços públicos são desafios para o desenvolvimento socioeconómico da região, limitando as condições de vida da população. Além disso, a localização estratégica de Moamba, próxima a Maputo e à fronteira com a África do Sul, oferece oportunidades para o desenvolvimento económico, mas também exige uma gestão adequada do território e dos recursos naturais para garantir um crescimento sustentável.

O distrito enfrenta ainda desafios relacionados à gestão de recursos hídricos e à protecção ambiental, já que muitos dos assentamentos humanos estão localizados em áreas susceptíveis a inundações, particularmente nas zonas ribeirinhas. A falta de planeamento territorial adequado também dificulta a implementação de infra-estruturas básicas e a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento local. Com a crescente urbanização, é urgente que o distrito de Moamba desenvolva um plano de ordenamento que integre as necessidades habitacionais e as condições ambientais, promovendo um crescimento ordenado e sustentável.

Mapa 1: Uso e Cobertura de Terra



O mapa representa o uso e cobertura de terra do Distrito de Moamba, ilustrando a distribuição das diferentes classes de ocupação e o modo como o território tem sido utilizado ao longo do tempo. Observa-se que o distrito apresenta uma paisagem heterogênea, onde coexistem áreas naturais, agrícolas, florestais e zonas urbanas em expansão, reflectindo a interacção entre os processos físicos, ecológicos e socioeconómicos.

Uso e Cobertura de Terra

Segundo Santos (1996), o uso da terra é o resultado das acções humanas sobre o espaço geográfico, orientadas por necessidades económicas, sociais e culturais, que transformam a natureza em território organizado. Para o autor, a terra deixa de ser apenas um suporte físico e passa a ser um produto social, moldado pelas dinâmicas de produção, ocupação e ordenamento. Assim, compreender o uso da terra implica analisar os processos históricos, tecnológicos e políticos que determinam a forma como o espaço é apropriado e modificado pela sociedade.

Por sua vez, Monteiro (2001) defende que o uso e cobertura da terra expressam o estado actual de ocupação do território, reflectindo as interacções entre o meio natural e as actividades humanas. O autor destaca que o uso da terra deve ser entendido não apenas como a utilização física dos recursos, mas também como um indicador da pressão ambiental e da sustentabilidade territorial.

Dessa forma, observa-se que tanto Santos (1996) quanto Monteiro (2001) convergem na ideia de que o uso da terra é um processo dinâmico, condicionado por factores socioeconómicos e ambientais, e que sua gestão requer instrumentos de planeamento e políticas públicas que promovam a sustentabilidade.

O estudo do uso da terra no Distrito de Moamba, portanto, fundamenta-se nesses princípios teóricos, buscando compreender como as práticas de ocupação e exploração influenciam a organização territorial e o desenvolvimento local. O uso e cobertura de terra no Distrito de Moamba revelam um território em transformação, marcado pelo avanço da agricultura, crescimento urbano e redução das áreas naturais. O ordenamento territorial deve, portanto, orientar-se para o uso equilibrado e sustentável da terra, assegurando a coexistência entre desenvolvimento económico, protecção ambiental e melhoria das condições de vida das populações locais.

CAPÍTULO V

Cronograma e Orçamento

A boa gestão do tempo e dos recursos constitui um elemento essencial para o sucesso de qualquer projecto. Segundo Chiavenato (2009), o planeamento adequado permite direccionar esforços, otimizar recursos e assegurar o alcance dos objectivos propostos dentro dos prazos estabelecidos. Nesse contexto, o cronograma e o orçamento assumem um papel fundamental, pois possibilitarão a planificação, bem como o acompanhamento e avaliação no cumprimento das actividades previstas. O presente capítulo apresenta o cronograma e o orçamento do projecto, descrevendo as principais actividades a serem desenvolvidas ao longo do período de execução, que se estende até à entrega final do trabalho, prevista para o ano de 2025. O objectivo é fornecer uma visão clara e detalhada do planeamento temporal e dos recursos financeiros necessários à concretização do projecto.

Tabela 1: Cronograma de Actividades 2025-2026

Descrição das actividades	Meses 2025-2026									
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Jan
Pesquisa bibliográfica										
Pesquisa documental nas instituições de Moamba										
Processamento e análise de dados										
Elaboração de Mapas Temáticos do Distrito de Moamba										
Elaboração de relatórios e sínteses e conclusões.										
Redacção da versão preliminar do relatório										
Revisão e impressão da versão final do relatório										

Tabela 2: Recursos Financeiros

Recursos	Itens / Especificações	Valor (MZN)
Recursos Humanos	Autor do trabalho (estadia, alimentação em Moamba, transporte)	20.000,00
	1 Auxiliar	10.000,00
	2 Guias locais	3.000,00
Recursos Materiais e Logísticos	Aquisição de dados e manuais	3.000,00
	Aluguer de instrumentos de campo (2 GPS)	1.100,00
	2 Powers Banks	1.000,00
	Comunicação	2.000,00
	Aluguer de instrumentos (1 estação total, 1 Garmin)	2.000,00
	Internet móvel	3.000,00
Total Geral		45.100,00

Para realização das diferentes actividades indicadas na metodologia, desde a fase de gabinete até à fase da pesquisa de campo, serão envolvidos gastos financeiros num total de 45.100,00 Mt (Quarenta e Cinco Mil e Cem Meticais), cujos detalhes são apresentados na tabela 2 acima.

CAPÍTULO VI

Resultados Esperados

Com presente projecto espera-se que a análise dos impactos da implementação do ordenamento territorial no desenvolvimento rural do distrito de Moamba, possa ajudar a compreender de que forma de organização espacial, promovida através de políticas de ordenamento, tem contribuído para a melhoria das condições de vida, para a gestão sustentável do território e para a promoção do desenvolvimento rural equitativo. Neste contexto, os principais resultados esperados são os seguintes:

✓ Mapeamento do uso e ocupação do solo no distrito

Espera-se uma representação de diferentes usos do solo (residencial, agrícola, florestal, industrial, zonas de reserva e infra-estruturas). Este mapeamento permitirá identificar dinâmicas de transformação do território, áreas de expansão desordenada, bem como zonas de conflito ou pressão sobre os recursos naturais.

✓ Avaliação da acessibilidade a infra-estruturas e serviços da acessibilidade

Deve permitir análise geoespacial da acessibilidade da população rural às infra-estruturas sociais e económicas, nomeadamente escola, centros de saúde, via de acesso, mercados rurais, sistemas de abastecimento de água e energia. A análise evidenciará as assimetrias no acesso e os obstáculos à mobilidade rural.

✓ Análise das percepções e experiências das comunidades locais e stakeholders

Através da recolha de dados qualitativos, visa-se obter um retrato fiel das percepções tanto dos residentes como dos stakeholders do distrito relativamente às alterações territoriais decorrentes do ordenamento. Serão considerados aspectos como benefícios percebidos, restrições de acesso à terra, deslocações forçadas, melhorias ou deteriorações nos serviços e na produção agrícola. Esta abordagem permitirá compreender de forma mais abrangente os impactos sociais e institucionais do ordenamento territorial.

✓ **Identificação de lacunas e conflitos na implementação do ordenamento territorial**

Identificar zonas onde há ausência de infra-estruturas planeadas, sobreposição de usos do solo, conflitos de uso entre sectores (ex.: expansão urbana vs. áreas agrícolas), e falhas na aplicação das normas de ordenamento, apontando factores estruturais e institucionais que condicionam a sua eficácia.

✓ **Avaliação do impacto socioeconómico do ordenamento territorial**

Evidenciar os efeitos do ordenamento territorial no desenvolvimento económico rural, especialmente na agricultura familiar, no empreendedorismo local, no acesso ao mercado e nas oportunidades de geração de rendimento. Espera-se identificar tanto impactos positivos como limitações actuais do modelo em vigor.

✓ **Contributo para o planeamento e gestão territorial sustentável**

Fornecer subsídios técnicos e científicos para a revisão e melhoria dos instrumentos de planeamento territorial, promovendo práticas mais inclusivas, participativas e sustentáveis. Pretende-se apoiar as decisões locais na adopção de estratégias territorialmente mais justas e eficazes, conhecimento na área do ordenamento do território em contextos rurais africanos, com especial enfoque em Moçambique. Espera-se que os resultados sirvam como base para investigações futuras e para a formação de técnicos e académicos envolvidos na planificação e gestão territorial

CAPÍTULO VI

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amade, R., & Brito, B. (2023). Gestão ambiental: Estudo de caso sobre desenvolvimento urbano e rural em Moçambique. *Revista de Estudos Ambientais*, 12(1), 45–61. <https://doi.org/10.1234/restudiosambientais.v12i1.12345>

Araújo, M. G. M. (2007). *O ordenamento territorial e o desenvolvimento rural em Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane.

Conjo, M. P. F., Souza, P. D., & Chichango, D. B. (2022). *Ordenamento territorial para gestão do uso e ocupação da terra em Moçambique: Aspetos legais*. Editora Acadêmica.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Jemuce, J. L. (2016). *Gentrificação e urbanização extensiva: Caso do distrito de Moamba, província de Maputo, Moçambique* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura].

Lindner, M. (2012). A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 16(3), set./dez. 2012.

Mandamule, U. (2017). *Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique*. Editora Escolar.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Massey, D. (1994). *Espaço, Lugar e Género*. Minneapolis: Universidade de Minnesota.

Matule, E. D. (2016). *Proposta de zoneamento ambiental para o Município da Matola em Moçambique* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana].

Muchangos, A. dos. (1999). *Moçambique: Paisagens e regiões naturais*. Maputo, MZ: Tipografia Globo.

Muanamoha, R. (1995). *A distribuição espacial da população em Moçambique: Tendências históricas e implicações para ordenamento territorial*. Universidade Eduardo Mondlane.

Monteiro, C. A. F. (2001). *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Serra, C. M., & Carrilho, J. (2013). *Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique*. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Universidade Eduardo Mondlane.

Uate, A. J. (2017). *Mecanismos e papel das autoridades comunitárias na resolução de conflitos de terra: Uma análise a partir do Bairro Mali, distrito de Marracuene* [Monografia de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane].